

A ERA NARA E O TRATAMENTO

Tae Suzuki

A vida em um meio social pressupõe a existência de uma série de compromissos, normas ou regras que orientam os indivíduos que dela participam em sua relação com os demais indivíduos. Uma sociedade ou comunidade existe porque é um conglomerado de indivíduos organizado por regras por ela estabelecidas e, por outro lado, o indivíduo é uma existência concreta que ocupa um lugar nessa sociedade ou comunidade, vivendo, realizando e reproduzindo as regras estabelecidas.

A linguagem de tratamento também é viver essas regras sociais na medida em que marca, no discurso e pelo discurso, as relações de ordem social ou psicológica do enunciador com as pessoas implicadas em um determinado contexto de situação. O dono do discurso expressa pelo tratamento a consideração que ele nutre pelas pessoas do discurso, a partir de fatores sócio-culturais que definem a relação entre ele e os outros, tendo como eixo sua própria posição nessa inter-relação.

Dentro da perspectiva de um estudo da interação entre língua e sociedade, neste trabalho, apresento os resultados de uma reflexão sobre a estrutura social da era Nara (séc. VIII) e sua inter-relação com o tratamento levantado nas primeiras obras em língua japonesa surgidas nessa época. A apreensão do uso de tratamento de épocas passadas só é possível através das formas lingüísticas empregadas em textos o que não reflete a situação de uso em toda sua extensão. Além da peculiaridade de um texto escrito que faz com que seu autor opere uma seleção da linguagem empregada, muitas vezes

traíçoeras à realidade do tratamento, torna-se difícil, por exemplo, detectar uma intencionalidade subjetiva mais recôndita do enunciador como indignação, frustração ou rebeldia, contrariando a tensão imposta pelas regras sociais. Este trabalho, portanto, baseia-se primordialmente na análise dos fatores sociais relativos às pessoas do discurso, para o que será feita; inicialmente, uma explanação sucinta da evolução da sociedade japonesa até o século VIII, sua estruturação neste século e, posteriormente, uma reflexão sobre a inter-relação entre aspectos sociais da época e os tratamentos levantados.

Formação do Estado Japonês

Os primeiros documentos que se referem à estrutura da sociedade japonesa datam do século VIII (*Kojiki*, “Registro de Coisas Antigas” e *Nihonshoki*, “Crônicas sobre o Japão”) mas, por serem obras fortemente marcadas pela mitologia ou elaboradas dentro de uma preocupação pela divinização da figura do imperador, pouca credibilidade pode ser dada a exatidão dos fatos nelas arrolados. Dados mais concretos são encontrados em documentos históricos chineses do início da era cristã (séc. I-III), que dão conta do surgimento de tribos formadas por clãs que se desenvolvem em grandes unidades, caminhando para a unificação nacional nos fins do século III.

Por volta da época em que o Japão vivia a cultura Yayoi (aproximadamente séc. III a.C. - III d.C.), estabelecem-se os primeiros contatos com o continente asiático, via Coréia, de onde os japoneses recebem o bronze, as técnicas da rizicultura e da tecelagem. Até então, nas terras japonesas geologicamente dadas como do período plistoceno, tinha se desenvolvido a cultura Jômon (início por volta do ano 7400 a.C.), basicamente marcada pelo uso da pedra lascada e polida, por utensílios de cerâmica de terracota com motivos gravados por cordas torcidas. Embora o bronze tenha entrado pela primeira vez ao Japão durante a época da cultura Yayoi, este metal não exerce forte influência na cultura japonesa que já conhecia o ferro, mais largamente utilizado por causa da sua maior resistência. Devido a seu resplendor, o uso do bronze é restrito a oferendas a deuses ou a enfeites, e o breve período de sua utilização faz com que o Japão praticamente salte da Idade da Pedra diretamente à do Ferro.

O que modifica substancialmente a vida dos japoneses é a introdução da rizicultura que, com a contribuição do ferro utilizado nos utensílios de trabalho sobre a terra, torna os japoneses sedentários, dando origem a núcleos familiares que criam, posteriormente, as tribos ou aldeias.

Assim se referem os documentos chineses ao Japão dessa época:

1. *Kanjo*, “Livro da Dinastia Han”, do século I: em Wa (nome pelo qual o Japão era designado pelos chineses), para além de Paktche (Coréia), existem pouco mais de cem tribos.

2. *Gokanjo*, “Livro da Dinastia Han Posterior (25-220)”: a tribo Nu, de Wa, enviou uma missão à capital Lo-Yang, em 57, recebendo do imperador Kwang Wu um selo oficial do governo chinês.
3. *Gishi*, “História de Wei (220-265)”: em seu capítulo *Wajinden*, “Sobre o povo de Wa”, consta que o Japão foi palco de lutas constantes entre clãs nos fins do século II, até que a soberana Himiko, de Yamatai¹, forma uma coalização de tribos dominando 27 delas, entre as quais a de Nu, através do uso da magia e da diplomacia externa, mantendo uma política de envio de emissários (em 239) e embaixadas oficiais (em 240, 243 e 247) à China.

Esses textos traçam, de forma sucinta, o percurso seguido pelo Japão para chegar ao embrião de unificação nacional. A deduzir de registros do *kojiki* e do *Nihonshoki*, as tribos constituíram-se em torno de núcleos formados, basicamente, por grupos de famílias (*gôko*) subordinados a um chefe (*ko-shu*). A coalização de famílias dá origem às tribos ou aldeias (*kuni*), onde surgem os clãs em torno de chefes mais poderosos (*gôzoku*) que, subjugando outros pela força, caminham para a formação do estado japonês (Cf. Takashi Yoshida, pp. 47-48).

É importante notar a dependência das tribos japonesas à China na fase inicial desse processo. Se, de um lado, as tribos mais poderosas mantiveram um programa de representação junto a impérios chineses de quem recebiam selos e outros objetos como espadas, moedas e espelhos, em sinal de reconhecimento de seu poder regional, de outro, a China alimentou a consciência de sua supremacia como bem atesta o nome Wa, literalmente “submissão”, atribuído aos povos de “além do mar de Paktche”, não os reconhecendo ainda como uma nação.

A China entra numa fase conturbada nos fins do século II em função das disputas entre as nações recentemente criadas na península coreana e seus documentos não falam mais do Japão até os meados do século seguinte. O Japão entrava na época das Grandes Tumbas (*kofun*), que se estende do século IV ao VII.

Grandes monumentos são construídos em várias regiões do Japão e a descoberta de esquifes de pedra ou de terracota dispostas em câmaras ou sobre o solo, cercadas de jóias, espadas de bronze, estatuetas de seres humanos, animais, utensílios, casas que constituem, por sua vez, documentos sobre o tipo de vida da época, leva à hipótese de terem sido tumbas de poderosos chefes tribais regionais. Alguns atingem grandes proporções, o maior dos quais é a tumba atribuída ao lendário imperador Nintoku (segundo *Nihonshoki*, no poder de 313 a 399), em Ôsaka, com a forma de um buraco de fechadura (*zenpôkôen*, literalmente, “parte anterior quadrada e a posterior, redonda”) medindo cerca de 475m de comprimento, 275m de diâmetro e 300m de largura.

1. Há controvérsias sobre a exata localização de Yamatai, dividindo-se as opiniões entre Kyûshû, ao sul e Yamato, a oeste do Japão.

Essas tumbas simbolizam o poder dos grandes chefes tribais que, tendo substituído a força mágica da soberana Himiko, possibilita a cristalização de um poder interno independente da China em torno de um chefe supremo da coalização de tribos – o futuro imperador. As maiores tumbas concentram-se na região ocidental onde, posteriormente, se instala a corte de Yamato.

Em meados do século IV, o clã de Yamato subjuga a tribo de Izumo (atual província de Shimane) e outras das regiões sudoeste e nordeste, inclusive as poderosas tribos de Kumaso, ao sul de Kyûshû, e de Ezo, a nordeste, criando um vasto domínio que se estende por quase todo o arquipélago, exceto o norte.

Cria-se, assim, a corte de Yamato, centralizada em torno do chefe do clã vencedor, o imperador, e de clãs de parentes da família do imperador. Esses clãs recebem nomes (*uji*), cujos chefes *ujigami* mantêm o domínio sobre o grupo familiar, com base econômica nas terras (*tadokoro*) e nos servos (*bemin*) de sua propriedade.

Conquistada a unificação interna, o Japão volta os olhos para o exterior e envia uma força expedicionária a Paktche, um estado ao sul da Coréia, para ajudá-lo na luta contra Kokhuli, o estado que dominava o norte da península. O Japão surge no palco internacional tomando a região de Mimana, ao sul da Coréia, sob seu controle direto e conquistando o direito de tráfego nos mares do sul da Coréia, por onde o Japão importa avidamente a cultura continental.

Fazendo de Mimana sua base militar, o Japão conquista estados da península aproveitando-se das disputas entre Paktche, Sila e Kokhuli. Uma derrota diante de Kokhuti, em 404, faz o Japão desistir temporariamente de suas ambições externas e envidar esforços para a sedimentação interna, com apoio em novas formas de relações diplomáticas². Durante o século V, soberanos japoneses enviam missões oficiais à China procurando dela obter o reconhecimento como tais, mediante a concessão de títulos militares chineses.

Durante a primeira metade do século VI, fatos novos alteram as relações de poder entre o imperador e os poderosos chefes tribais de Kinai (região circunvizinha de Yamato) e de demais regiões. De um lado, a família imperial sofre uma cisão entre os irmãos Ankan e Kinmei, dando origem ao surgimento de dois imperadores, de 534 a 539. De outro, chefes tribais regionais aumentam seu poder e surgem disputas entre as tribos de Kinai e de regiões mais afastadas. As tribos de Kinai apóiam Kinmei em sua vitória e obtêm o direito de nomear os chefes de outras regiões. A corte de Yamato distingue a aristocracia local em *kôbetsu* (descendentes da família imperial), *shinbetsu* (os assim denominados descendentes dos deuses) e *hanbetsu* (estrangeiros naturalizados que receberam um nome *uji*) e para consolidar seu poder, forma aliança com os clãs de Kinai atribuindo títulos *kabane* aos che-

2. O Japão, entretanto, não se retira da península coreana e mantém Mimana como sua colônia até 532.

fes dos clãs mais poderosos. Inicialmente nomes comuns de cargos, os *kabane* passam a ser títulos honoríficos hereditários, assim hierarquizados: *omi*, atribuído aos mais antigos descendentes do imperador; *muraji*, atribuído a *shinbetsu* que controla o *tomo-no miyatsuko* (responsável pelos servos); *sukune*, atribuído a *shinbetsu* em geral; *miyatsuko*, o responsável pelos servos públicos, isto é, servos da corte e das aldeias; *kimi*, atribuído a chefes de tribos ou aldeias; *atai*, oficial regional; *fubito*, atribuído a descendentes de estrangeiros naturalizados. Ao imperador se atribui o título de *ametarashihiko*, literalmente, “ser que baixou dos céus”, a primeira medida de divinificar seu posto.

O Japão é, de fato, unificado, passando então à fase de elaboração de um sistema baseado em códigos a fim de asseverar a unidade nacional.

Século VII e a Organização do Sistema de Códigos

Por todos esses séculos, o estímulo cultural do Japão vem da China e foram numerosas as migrações entre o continente e o arquipélago. Não só foi grande o número de japoneses que se dirigiram à China e à Coreia para fins de intercâmbio comercial como também para a importação de produtos culturais, bem como chineses e coreanos fizeram o caminho inverso, muitos dos quais acabaram por se estabelecer no Japão, continuando com o trabalho de difusão da cultura continental.

Na China, instalam-se as fortes dinastias de Souei (581-618) e de T'ang (618-907) que aperfeiçoam um sistema de governo centralizado, com a criação de postos burocráticos e de leis para fazer frente às necessidades político-sociais da época. O Japão incentiva o contato com a China através do envio de embaixadas³ e recebe sua influência política e cultural, entrando na fase da consolidação de sua unidade nacional, durante o século VII. Nesta fase, merecem menção a figura do príncipe Shôtoku que implanta as bases de uma nação organizada, no início do século; a Reforma Taika que promove as primeiras medidas de organização política, nos meados do século e a redação definitiva dos códigos legais, no fim do século.

O príncipe Shôtoku (574-622), nomeado príncipe herdeiro da imperatriz Suiko (no poder de 592-628) e encarregado dos negócios do Estado, recebeu instruções de monges coreanos e foi um grande letrado e defensor do budismo. Com base em sua formação, ele institui as primeiras medidas de consolidação do poder centralizado em torno do imperador, criando postos aos servidores da corte de Yamato e estabelecendo os princípios básicos de uma Constituição de Estado.

3. Kenzuishi, “emissários a Souei” e Kentôshi, “emissários a T'ang”, constituíam embaixadas oficiais do Japão formadas por centenas de homens, entre representantes do governo, intelectuais e estudantes que ficavam de dois a três anos na China para desenvolver seus estudos.

Através do *Kan'ijûnikai*, “doze graus burocráticos”, Shôtoku institui doze graus para os servidores da corte baseados nos seis princípios básicos do pensamento chinês (a Virtude, a Benevolência, o Protocolo, a Sinceridade, a Equidade e a Sabedoria), cada um dividido em níveis superior e inferior. Seguindo os modelos chinês e coreano de hierarquia burocrática, a medida visava acabar com a hereditariedade dos cargos da corte, passando a atribuí-los de acordo com as capacidades individuais. Por outro lado, o *jûshichijô kenpô*, “Constituição de dezessete artigos”, apesar de constituir, essencialmente, o estabelecimento de normas mais éticas do que jurídicas para bem governar, baseadas no budismo e no confucionismo, estabelece os três elementos constitutivos do Estado, a saber, o imperador, o corpo burocrático e o povo. É enfatizado o caráter sagrado do imperador e o budismo é incentivado com a finalidade de se obter a unidade dos *gôzoku* que ainda mantinham o culto a seus ancestrais, dentro de uma orientação xintoísta.

Em 645, uma aliança firmada entre o príncipe Nakanoê, imperador Kôgyoku e Nakatomi Kamatari vence, com a ajuda de ex-estudantes japoneses na China, o clã Soga que vinha impondo sua hegemonia desde a morte de Shôtoku, em 622. Forças vencedoras criam o primeiro nome de era Taika, nome pela qual é posteriormente conhecida a reforma então efetuada – e instituem oficialmente o imperador como o chefe da nação, líder moral e espiritual e fonte de toda a cultura japonesa. São criados os cargos de ministro (da Esquerda, da Direita e do Centro), são estabelecidas as divisões administrativas das regiões central e do leste, implantando-se, assim, as primeiras medidas de criação de um sistema político organizado.

No entanto, uma situação de instabilidade não permite sua efetiva aplicação e outras medidas complementares ou modificadoras são tomadas. Em 646, abole-se o sistema de servos particulares da casa imperial e dos clãs poderosos, bem como a exploração particular de terras. Tanto as terras como os homens passam a ser propriedades públicas e para seu controle, ordena-se a organização de registro de família (*koseki*) e da população (*keichô*) para servirem de base para a cobrança de taxas: implanta-se a divisão administrativa em províncias (*kuni*), distrito (*gun*) e aldeia (*ri* ou *sato*) sob o controle de administradores nomeados pela corte e encarregados dos registros de família e da população, do levantamento anual de arrozais cultivados (*koden*) para sua repartição (*handen*) entre a população.

Dificuldades por problemas de sucessão no trono, a eclosão de complôs na corte, problemas externos na Coréia tornam essas medidas dificilmente exeqüíveis mas elas foram suficientes para aplacar o descontentamento dos clãs mais poderosos, incorporando seus membros à máquina administrativa. A partir do governo dos imperadores Tenchi (nome do príncipe Nakanoê depois da entronização) e seu irmão Tenmu, são implementadas as medidas para a elaboração de um código inspirado no sistema legal e institucional da China dos T'ang, difundido no Japão pelos emissários e estudantes enviados em grande escala a partir dessa época.

Depois que assume o poder em 672, Tenmu abole definitivamente o sistema de servos particulares (por lei, em 646) e reorganiza o sistema de dotação *jikifu*. A corte percebe a necessidade de uma unidade ideológica para eliminar as disputas e conflitos internos e, em 681, é decretada a ordem imperial para a elaboração do primeiro livro sobre a história japonesa, organizado pela compilação e sistematização dos vários mitos e lendas preservados nas diferentes regiões do Japão. Em 684, os títulos burocráticos são re-hierarquizados pelo que foi denominado *yakusa-no kabane*, “*kabane* de oito graus”, como segue:

- 1º grau: *mahito*, atribuído a descendentes da família imperial até o 5º grau
- 2º grau: *ason*, atribuído a membros de clãs descendentes de famílias imperiais, a partir do 5º grau
- 3º grau: *sukune*, atribuído a *shinbetsu* (v. p. 125)
- 4º grau: *imiki*, inicialmente atribuído a onze clãs nomeados pela corte como administradores de província (*kuni-no miyatsuko*) da região de Kinki, foi posteriormente atribuído a estrangeiros naturalizados
- 5º grau: *michi-no shi*, criado para clãs com domínio em alguma técnica especializada, não há registros de sua atribuição
- 6º grau: *omi*, no velho sistema, um grau superior atribuído a descendentes de famílias imperiais anteriores a Kôken (no poder, de 749-758), no novo sistema, os antigos *omi* passam a *ason*
- 7º grau: *muraji*, 2º grau da antiga hierarquia, seus detentores passam a *ason* ou *sukune* e o novo *muraji* absorve os *miyatsuko*, responsável pelos servos da corte e das administrações regionais
- 8º grau: *inagi*, atribuído a oficiais regionais e a pequenos chefes de clãs, fiscais de arrecadação de impostos.

A corte detém o poder de atribuição desses títulos, dos quais os três primeiros graus correspondem a altos postos dignatários, com direito à participação direta no governo.

Sistema de Códigos

O século VIII inaugura-se com a elaboração do código Kiyomihara, em 700, cujos fragmentos são apenas citados no código Yôryô, de 758⁴. Em 701, é promulgado o código civil Taihō e, no ano seguinte, o penal. Basicamente, esses códigos regulam os cargos públicos, as formas de dotação, os órgãos regionais, o sistema agrário e as formas de arrecadação de taxas.

Não há referências à figura do imperador que se impõe como um descendente direto dos deuses em torno de quem tudo se organiza, dentro de uma concepção global de ordem natural do mundo. O governo propriamente

4. Alguns historiadores atribuem o primeiro esboço do primeiro código (de Ômi) ao imperador Tenchi (no poder de 662-671), mas não há provas conclusivas.

dito fica por conta dos órgãos burocráticos, a cargo de funcionários cuja hierarquização sofre constantes mudanças.

Os órgãos administrativos assim se organizavam: a parte e acima dos demais, o Ministério de Negócios Divinos, *jingikan*; o Ministério de Negócios Supremos, *dajôkan*, composto do Conselho de altos dignatários, *Kugyô*, que são os Ministros, *daijin* e os Conselheiros, *nagon* e *sangi*; o Conselho recebe os relatórios do Controle, *benkan*, que, por sua vez, recebe os relatórios dos oito Departamentos, *shô*, e a estes comunica as decisões do Conselho.

QUADRO DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Ministério dos Negócios Divinos, *Jingikan*

Ministério dos Negócios Supremos, *dajôkan*

Ministros	{	da Esquerda, <i>sadaijin</i> da Direita, <i>udaijin</i>	Conselheiro	{	Maior, <i>dainagon</i> Menor, <i>shônagon</i> Auditor, <i>sangi</i>
-----------	---	--	-------------	---	---

Controle

Departamento

da Esquerda, <i>sabenkan</i>	{	dos Negócios da Corte, <i>nakatsukasashô</i> dos Ritos, <i>shikibushô</i> dos Negócios da Nobreza, <i>jibushô</i> da População, <i>minbuschô</i>
---------------------------------	---	---

da Direita, <i>ubenkan</i>	{	dos Negócios Militares, <i>hyôbushô</i> da Justiça, <i>gyôbushô</i> do Tesouro, <i>ôkurashô</i> do Palácio, <i>Kunaishô</i>
-------------------------------	---	--

do Centro, *chûben*

Menor, *shôben*

Os serviços eram prestados por funcionários que eram classificados em nove cargos, um inicial mais oito correspondendo, cada um, a um grau, divididos em dois níveis (superior e inferior) nos três primeiros e em quatro (superior maior, superior menor, inferior maior e inferior menor) nos demais. São os seguintes os principais cargos criados à época:

dajôdaijin, ministro Supremo de Negócios do Estado, raramente atribuído;

- 1º grau: *sadaijin*, Ministro da Esquerda
 2º grau: *udaijin*, Ministro da Direita
 3º grau: *dainagon*, Conselheiro Maior
 shônagon, Conselheiro Menor
 4º grau: *sangi*, Auditor (instituído em 731), os chefes de Departamento e *na-daijin*, Ministro do Interior (instituído em 779)
 5º grau: *kami*, chefes de administração, repartição ou província
 6º grau: *suke*, sub-chefes ou adjuntos do governo
 7º grau: *jô*, encarregado do exame dos documentos públicos
 8º grau: *sakan*, encarregado da elaboração de documentos públicos⁵.

Os funcionários até o 4º grau pertenciam à classe dos altos dignatários, *kugyô*, incumbidos da função de propor e elaborar medidas governamentais. Os demais ingressavam na carreira mediante um concurso de méritos, *kôka*, e a promoção se dava por um novo concurso após quatro anos de serviço. Filhos de altos dignatários, porém, iniciavam a carreira no 6º grau inferior maior e eram rapidamente promovidos até o 5º grau, a partir do qual submetiam-se, como os demais, a concursos que se realizavam, principalmente, por exame de textos clássicos chineses e, eventualmente, de algum conhecimento particular de medicina, astrologia, cálculos (Cf. Herail, pp. 80-81).

As unidades administrativas são divididas em 68 províncias, *kuni*, agrupadas em sete circuitos, *gun*, cada uma administrada por funcionários indicados pela corte (governadores, adjuntos e funcionários de 3ª e 4ª classes). As províncias são subdivididas em distritos, *gun*, administrados pelo *gunji*, escolhido entre as famílias locais influentes. Os funcionários eram proibidos de formar alianças locais e se incumbiam dos serviços locais como atualização de registros de família e da população, controle da distribuição de arrozais, arrecadação e registro de impostos colhidos, empréstimo e uso do arroz público, policiamento, recrutamento de soldados e de mão-de-obra gratuita, ficando esses funcionários obrigados a prestar contas anuais ao governo central.

As terras e os homens tornam-se, efetivamente, propriedades públicas. A distribuição de terras é feita de acordo com a idade, sexo e classe da população que se distingue em *ryômin*, plebeu, e em *senmin*, servo, subdividido em *kankô*, servos da corte, e *kenin* ou *nuhi*, servos domésticos, com condições semelhantes às de um escravo. A população paga impostos em bens (arroz, tecidos e outros produtos), além de serviço gratuito prestado pelos homens à corte (cerca de dez dias anuais) ou à administração local (cerca de sessenta dias anuais), onerando bastante a família que perdia uma mão-de-obra significativa por um tempo longo.

5. Os funcionários do 5º ao 8º graus recebiam cada qual a sua denominação mas eram distinguidos por ideogramas homófonos conforme a seção em que estavam lotados.

A Era Nara e a Consolidação do Poder Imperial

Com a construção de um palácio em Nara, em 710, para ser a sede permanente do governo⁶, têm fim as constantes mudanças de capital que eram efetuadas a cada imperador que assumia o poder, inicialmente, porque se acreditava que a morte trazia impurezas ao local e, a partir do século VII, por causa das dificuldades enfrentadas pela corte em razão das disputas em seu meio.

O budismo trazido da China pelos membros das embaixadas que foram fortemente incentivadas até essa época, torna-se a religião oficial do Japão. Sob o controle da corte, um grande número de templos e monastérios são construídos, onde várias correntes ou seitas de origem continental difundem seus dogmas, dando nascimento a uma cultura de coloração predominantemente budista. Os monges são recrutados entre a classe média, muitos entre descendentes de imigrantes e entre os ex-estudantes que integraram as embaixadas, sendo nomeados por uma autorização imperial mediante exames e discussões doutrinárias.

O budismo conquista a elite e mesmo o povo através de atividades benéficas. Sua expansão, entretanto, não chega a ameaçar o xintoísmo nativo que conta com um Ministério de Negócios Divinos, hierarquicamente superior aos monges.

A família imperial enfrenta alguns problemas como a ascensão do clã Fujiwara que, casando suas filhas com pretendentes a herdeiros do trono, cria uma hegemonia na corte que vai durar por séculos, bem como a projeção alcançada pelo monge Dôkyô que, aproveitando-se da influência sobre a imperatriz Shôtoku (no poder de 764-769), conquista altos postos proibidos por lei a religiosos e chega a pretender a sucessão ao trono. Apesar disso, a ordem é mantida graças à eficácia das leis, largamente aplicadas e constantemente aperfeiçoadas. Os trabalhos de compilação de lendas, mitos, poemas, dados regionais, realizados por ordem imperial, começam a ser completados por essa época e surgem as primeiras obras escritas em língua nacional.

Primeiros Textos em Língua Japonesa

A influência chinesa se fez sentir também nas letras, e todos os textos inicialmente produzidos no Japão eram em chinês, mesmo porque os japoneses não tinham desenvolvido uma escrita própria. Com o tempo, os japoneses aproveitam os aspectos fonético e semântico dos ideogramas chineses, utilizando-os como fonogramas para transcrever sua língua fazendo correspon-

6. Embora projetada para ser a capital definitiva da nação, Nara abrigou a sede do governo central até 794, quando se funda uma nova capital em Heian, em Kyôto.

der a cada ideograma uma sílaba do termo japonês, ou empregando-os semanticamente, isto é, dando ao ideograma chinês a leitura do termo japonês com o mesmo conteúdo semântico⁷. Surgem, assim, os primeiros textos escritos em japonês. Sem se considerar os poemas de métrica chinesa, o chinês continuou a ser usado em documentos públicos e, mesmo naqueles considerados como redigidos em japonês, há que se atentar a forte influência do chinês de que o japonês não conseguia se libertar, mormente, em razão da utilização de ideogramas chineses em sua escrita.

São considerados textos escritos em japonês da era Nara:

1. *Kojiki*, “Registro de Coisas Antigas”, uma compilação de registros sobre a genealogia dos imperadores (*teiki*) e sobre eventos antigos (*kyûji*). Dada a variedade de registros existentes à época do imperador Tenmu, este ordena a Hieda-no Are que colha os mitos e lendas que corriam pelas regiões do Japão, bem como os registros da genealogia imperial, com o objetivo de sistematizá-los a fim de justificar a linhagem imperial e fortalecer seu poder. A obra é completada por Ô-no Yasumaro (?-723), em 712, em três volumes. O primeiro volume, dedicado ao mundo dos deuses, registra as lendas sobre os deuses da mitologia; o segundo, dedicado ao mundo dos deuses e dos homens, registra narrativas sobre heróis e personagens históricas; o terceiro dedicado ao mundo dos homens, descreve a genealogia dos imperadores descendentes dos deuses.
2. Poemas inseridos no *Nihonshoki*, “Crônicas sobre o Japão”, uma história cronológica do Japão desde a época dos deuses até a imperatriz Jitô (no poder de 686-697), compilada em chinês pelo príncipe Toneri (676-735) e por Oo-no Yasumaro, em 720.
3. *Man'yôshû*, antologia poética organizada, provavelmente, na segunda metade do século VIII, com mais de 4500 poemas de variadas formas e versando sobre diferentes temas, de autoria de poetas de todas as camadas sociais, desde imperadores e nobres até gente do povo como agricultores e soldados. Não há registro sobre o responsável pela compilação dos poemas mas se presume que tenham sido vários, entre os quais, Ôtomo-no Yakamochi (718 ?-785), apontado como um dos organizadores da obra que hoje conhecemos. O mais antigo poema da antologia é atribuído a Iwahime, anotada como a esposa do lendário imperador Nintoku (presumivelmente do séc. IV) e o mais recente, datado de 759, é da autoria de Yakamochi. Com excessão dos títulos e das notas escritas em chinês, os poemas são compilados em japonês, com os ideogramas sendo usado semântica e foneticamente⁸.
4. Editos imperiais (*senmyô*), 62 dos quais estão registrados no *Shoku Nihongi*, “Continuação das Crônicas sobre o Japão”, obra cuja compilação

7. Para maiores detalhes, ver “Escrita Japonesa”, de minha autoria, em *Estudos Japoneses V*, São Paulo, Centro de Estudos Japoneses da USP, 1985, pp. 56-57.

8. Cf. Geny Wakisaka, p. 13.

foi completada em 797, na era Heian (794-1185). O mais antigo edito data de 17 de agosto de 697, relativo à entronização de Monmu. Esses editos referem-se a medidas públicas como entronização, abdição e destituição de imperadores, nomeação de príncipes regentes e imperatrizes, concessão de títulos, atribuição de penas etc. Seu cunho público e oficial reflete uma forte influência da língua chinesa, apesar de escritos em um estilo próprio (*senmyôgaki*) com distinção entre os termos nacionais (ou conceituais) transcritos em ideogramas maiores e os relacionais (ou morfemas próprios da língua japonesa) em ideogramas menores.

5. Textos guardados no Shôsôin, museu do monastério Tôdaiji.

Para desenvolver este trabalho, apoiei-me, primordialmente, nos dados levantados em poemas do *Man'yôshû* que, apesar de serem em linguagem poética, apresenta uma gama maior de sujeitos do discurso e se presta melhor para o estudo proposto. Antes de passar ao estudo propriamente dito, gostaria de levantar alguns pontos que esses textos apresentam com relação ao tratamento, principalmente, em decorrência da forte influência chinesa.

O estilo de caligrafia e de grafia já constituíam, por si só, uma forma de tratamento. A caligrafia distingue-se, basicamente, nos estilos *kai*, mais anguloso e vigoroso, *gyô*, pouco mais cursivo e *sô*, estilo cursivo por excelência, seguindo uma seqüência decrescente de formalidade. Assim, textos mais formais e, portanto, mais carregados de tratamento, eram escritos em estilo *kai* e à medida que diminui a formalidade, passa-se aos estilos *gyô* e *sô*. Por outro lado, algumas regras tratamentais são observadas na maneira de se compor um texto como, por exemplo, deixar um espaço equivalente a um ideograma em branco (*ketsuji*) antes do nome de pessoas ou de objetos pertencentes a pessoas merecedoras de respeito; mudar os termos referentes a pessoas de respeito para a linha seguinte, avançando um espaço na margem superior (*taitô*); grafar títulos de pessoas elevadas na linha seguinte, colocando-os à mesma altura (*heishitsu*) do nome.

Faz-se necessário, ainda, atentar ao uso dos ideogramas que, apesar de estarem sendo empregados semanticamente, ocorrem caracteres diferentes para um mesmo significado. Assim, por exemplo, para expressar “dizer”, a distinção hierárquica de seu agente pode ser especificada usando-se um ideograma que significa “dizer de cima para baixo” (*noru*, muito usado por imperadores em editos) ou “dizer de um subalterno a seu superior” (*maosu*).

Um outro cuidado é com a leitura dos ideogramas utilizados semanticamente sem a notação dos morfemas de tratamento. Frequentemente os verbos são grafados sem a desinência flexional, de modo que a ausência desses morfemas não significa, necessariamente, uso do grau zero de tratamento.

Referências ao Uso Diferenciado de Tratamento

Além das formas tratamentais efetivamente realizadas nos textos, algumas passagens fazem referência ao uso diferenciado de registros do tratamento. O capítulo sobre o imperador Ingyô (segundo *Nihonshoki*, no poder de 400-405), do *Nihonshoki*, cita a indignação de Oshisaka-no Onakatsuhime diante da maneira pela qual um cavaleiro transeunte dirigiu-se a ela quando ela ainda vivia com a mãe e estava a cuidar do jardim. A indignação foi tão grande que, ao se tornar esposa do imperador Ingyô, Onakatsuhime efetuou uma busca pelo autor do antigo insulto, para castigá-lo. Confrontados, o cavaleiro justifica seu ato passado pelo não conhecimento da condição social da dama (Cf. Ishizaka, pp. 18-20).

O fato em si já atesta a existência, à época, de registros diferenciados de tratamento baseados nas diferenças hierárquicas. E o cavaleiro transpõe essas considerações em seu discurso ao mudar a forma de se expressar. Se antes, quando julgava estar se dirigindo a uma jovem de baixa hierarquia, não só deixou de usar qualquer forma de respeito à interlocutora como até usou formas solicitativas bastante descontraídas, diante da grande dama que ele sabe ser agora a mesma interlocutora, usa o verbo *masu* (forma de respeito para “ser”) para se referir a um estado relativo a ela⁹.

Referências ao uso diferenciado de pronomes pessoais podem ser encontrados em poemas ou notas de formas compilados no *Man'yôshû*. A nota aposta ao poema número 3260, do volume XIII¹⁰ e seu *hanka*¹¹ 361, chama a atenção ao uso indevido do pronome *kimi*, “tu”¹². Sendo o *hanka* um complemento do poema longo (*chôka*)¹³ antecedente, ambos devem apresentar uma mesma sintonia lírica. O poema 3260 emprega o pronome *imo*, usado pelos homens para se dirigir às mulheres, sendo um homem, portanto, o seu

9. Discursos proferido pelo cavaleiro à jovem que ele julgava ser uma dama de baixa hierarquia: 1. *Yoku sono-o tsukuru-ya nabito-wa*; 2. Ide, toji, *araragi hitomoto* (a tradução em português, sem marcas tão definidas para a diferenciação tratamental, não transparece as diferenças de registro, mas seria aproximadamente a seguinte: 1. “Cuidar de jardim é um trabalho pesado, como pode você fazê-lo, *hein*?” 2. “E aí, moça, pode me dar um ramo dessa orquídea?”). Em contraposição, depois ele diz: ... *kashikoki hito-ni masu koto-o shirazariki*, “... não sabia que éreis uma dama tão eminente”.
10. Os poemas do *Man'yôshû* serão, doravante, citados com o número do volume em números romanos e do poema, em arábicos.
11. Um ou dois poemas acrescentados ao *chôkan*, geralmente um *tanka* (composto em 5-7-5-7-7 sílabas), para sintetizar, reforçar ou completar a idéia desenvolvida no *chôka* (Cf. Geny Wakisaka, *O mundo poético de Yoshino nas mutações do poema longo (chôka) japonês*, tese de doutorado, 1986, pp. 162-163).
12. Diz a nota: ...*kono hanka-ni kimi-ni awazu-to ieru-wa ri-no awazu imo-ni awazu-to iûbekinari*, “... não está de acordo com a lógica usar ‘sem me encontrar com *kimi*’, neste *hanka*; deve-se usar ‘sem me encontrar com *imo*’ ”.
13. Poema composto por um mínimo de três seqüências de 5-7 sílabas, terminando com um metro de 7 sílabas.

autor. Em regra, o mesmo autor compõe também o *hanka*, e a nota chama a atenção para seu uso, indevido, de *kimi* no lugar de *imo*. Esta nota, bem como uma muito semelhante aposta aos poemas XIII-3284 e seu *hanka* 3285, atestam a existência de registro diferenciado de tratamento conforme o sexo de seu usuário e de pessoas por ele referidas.

Um outro poema (XIII-2915) traduz o conflito entre fatores extralingüístico do tratamento:

Imo-to iwaba nameshi kashikoshi shikasuaga-ni kakemaku hoshiki koto-ni arukamo

“Tratar por *imo* é irreverente, deve-se evitar; no entanto, como gostaria de usá-lo para você.”

O autor, provavelmente um homem de hierarquia inferior a da amada, lamenta não poder se dirigir a ela por *imo*. Numa relação amorosa, em regra, o homem não se dirigia à mulher amada por *kimi*, exceto em casos excepcionais como em relação a uma mulher falecida ou em jogos amorosos. O autor desse poema lamenta a distância social que se interpõe entre eles, impedindo-o de tratar a amada pelo *imo* que traduz a intimidade, o carinho de um homem por uma mulher.

Esses exemplos falam dos fatores sexo e hierarquia social, resultantes de restrições impostas pelo meio para o uso do tratamento. Não só homens e mulheres operavam registros diferentes ao se dirigir ou se referir a pessoas de outro sexo, como também podemos detectar a preeminência do *status* social sobre o sexo.

O Tratamento da Era Nara

As expressões de tratamento da era Nara apresentam uma estrutura relativamente simples. Não há ocorrência do tratamento comumente denominado de polidez, isto é, a consideração que o enunciador tece ao enunciatário enquanto simples receptor do discurso, sem levar em conta as tensões entre eles ou entre o enunciatário e outros actantes do discurso impostas pelo contexto de situação. Com exceção de alguns prefixos de ornamento (prefixos apostos a substantivos sem nenhuma relação direta com as pessoas do discurso, como *misora*, “céu”, *miyoshino*, *Yoshino* (topônimo), *miyama*, “montanha”)¹⁴, todas são expressões de considerações tratamentais que o enunciador atribui a uma pessoa do discurso, através dos elementos do próprio discurso: os actantes, seus atos, seus sentimentos, seus pertences etc.

O respeito é expresso por formas lingüísticas atribuídas a pessoas consideradas através de sua própria pessoa (pronomes, títulos), por objetos, sen-

14. Kazuo Kasuga denomina-os *sanshōgo*, “expressões de louvor” (Cf. p. 100).

timentos, atitudes a ela referentes (prefixos, sufixos) ou por atos por ela praticados (verbos de respeito, partícula *su* de respeito). A modéstia é exclusivamente empregada quando o enunciador se refere a si próprio por pronomes, pelo sufixo *ra* apostado ao nome, ou a seus atos, por verbos de modéstia. Verifica-se uma ocorrência consideravelmente maior de expressões de respeito, de modo que a análise se baseará, fundamentalmente, nesse tipo de tratamento levantado.

Como bem revela o poema III-2915 do *Man'yôshû*, a hierarquia é o fator preponderante na definição do tratamento dessa época. No processo de unificação nacional, o clã de Yamato que impõe seu chefe como o representante supremo da nação centraliza o poder em torno da figura divinificada do imperador. A fim de neutralizar a insatisfação de outros clãs poderosos, são criados os títulos burocráticos *kabane* que, junto com os nomes de família *uji*, dão origem à classe nobiliárquica hierarquizada e politicamente atuante, assessorando o imperador. Sendo as letras um privilégio de uma pequena elite, os textos se relacionam, essencialmente, à realidade desse mundo, onde a identidade social desempenhava um papel relevante.

O imperador, divino e senhor de tudo que existe entre o céu e a terra, ocupa o topo da pirâmide social. Nessa condição, todas as referências a sua pessoa, bem como a de deuses, são feitas com reverência. Enquanto representante absoluto do poder da nação japonesa, a ele é permitido, inclusive, o uso do auto-respeito, atribuindo-se a si ou a atos por ele praticados, formas respeitadas de tratamento. Ex.:

1. *Wa-ga*¹⁵ *imasebaya*...

“Eu *estando* (respeito)...”

(poema 42 inserido no *Nihonshoki*, atribuído ao imperador Ojin, dado como ocupando o poder de 270-310)

Neste poema. Ojin emprega o verbo de respeito *imasu*, “estar”, para uma ação que ele mesmo pratica.

2. ...*Yamato-no kuni-wa oshinabete ware-koso ore shikinabete ware-koso* (i)mase...

“... esta nação de Yamato onde eu domino todos os cantos, onde eu governo (respeito) por toda a parte...”

(*Man'yôshû*, 1-1, de autoria do imperador Yûryaku que, segundo o *Nihonshoki*, ocupou o poder de 456-479)

Neste poema que abre a antologia *Man'yôshû*, o imperador propõe casamento a uma jovem que colhe plantas no campo. Após elogiar-lhe, descontraidamente, o cesto e a pá, Yûryaku se apresenta usando, inicialmente, uma forma sem tratamento (*ore*) e, na repetição, uma forma de respeito (*mase* ou *imase*, leituras possíveis para o ideograma utilizado, ambos

15. *Wa*, “eu”, é transcrito com o ideograma cuja leitura é *chin*, inicialmente utilizado pelo primeiro imperador da dinastia chinesa, Chin (265-419) e adotado pelos escribas japoneses para o imperador.

verbos de respeito. É interessante notar como o imperador se aproxima, descontraidamente, da jovem, impõe sua autoridade pelo auto-respeito, para, então, fazer-lhe a proposta de casamento.

3. *...te idakite ware-wa imasamu sumera wa-ga uzu-no mite mochi kakinadezo negitamau...*

“... eu estarei (respeito) com os braços cruzados e com minhas *veneráveis* mãos de imperador tocando (o vaso de saquê) mostrarei (respeito) meu reconhecimento...”

(*Man'yôshû*. VI-793, de autoria do imperador Shômu, no poder 724-749)

O imperador dedica este poema a oficiais de província, em reconhecimento por seus serviços. Shômu se refere a si próprio por três formas de respeito: usando o verbo de respeito *imasu*, “estar”, para seu estado, o prefixo *mi* para suas “mãos” e acrescentando o auxiliar *tamau* a sua ação de “mostrar reconhecimento”.

A sociedade da época não só permitia o uso do auto-respeito ao imperador, como também, se verificarmos as formas de respeito a ele atribuídas, formas de tratamento com maior grau de respeito são mais freqüentemente atribuídas ao imperador.

O verbo de respeito *tamau*, com maior ocorrência e, poemas longos (*chôka*) solenes do *Man'yôshû*, mais da metade se refere a imperadores, seguidos de deuses e de membros da família imperial, neste caso, exclusivamente, em elegias¹⁶. Além do exemplo 3 acima citado, temos:

4. *... Kamioka-no yama-no momiji-o kyô-mokamo toitamawamashi ...*

“... hoje também (o espírito do imperador) deve visitar (respeito) as folhas outonais das montanhas de Kamioka...”

(*Man'yôshû*, II-199, elegia da imperatriz jitô ao imperador Tenmu)

5. *...sumeroki-no kami-no mikoto-no kashikoku-mo hajime tamaite kashi kokumo sadametamaeru mi-Yoshino ...*

“... este palácio de Yoshino que gerações de imperadores tão veneravelmente construíram (respeito) e sabiamente instituíram (respeito)...”

(*Man'yôshû*, XVIII-4098)

O poeta Ôtomo-no Yakamochi (718 ?-785), *sukune* que chegou a Conselheiro Maior, compõe este poema em honra à visita do imperador Shômu ao palácio de Yoshino, evocando imperadores passados para trazer bons augúrios ao local.

6. *...wa-ga ôkimi-no ame-no shita maushitmaeba...*

“... por ter nosso príncipe (Takechi) controlado (respeito) o poder da corte...”

(*Man'yôshû*, II-199)

16. Cf. Toshiki Tsujimura, p. 82.

Elegia do *ason* Kinomoto-no Hitomaro, poeta da corte da imperatriz Jitô, ao príncipe Takechi (654-696) que, apesar de ser o filho mais velho do imperador Tenmu, por ter como mãe a filha de um nobre de baixa hierarquia, ocupou uma posição inferior a dos irmãos Kusakabe e Ôtsu na linhagem imperial. À sua morte, Hitomaro presta-lhe a homenagem lembrando sua decisiva participação na revolta de Jinshin (672) em que, aos 19 anos, levou as forças do pai à vitória.

Os sujeitos das ações com respeito são imperadores, com exceção do príncipe Takechi (ex. 6). Neste caso, além de se tratar de uma elegia e, como já foi apontado, mortos eram tratados com respeito, o homenagiado e um príncipe de reconhecido mérito que só não se tornou imperador por sua origem materna modesta.

Dentre as demais expressões de respeito, os verbos *masu* e *imasu* são empregados a uma gama variada de pessoas, em relações também das mais diversas. São expressões com livre trânsito entre imperadores e deuses, nobres de diferentes hierarquias, gente do povo, em relações de família, de amizade, de cerimônia, de amor. Eis alguns exemplos:

1. ...*kazamori yoku shiteimase...*

“... tome cuidado (respeito) com os ventos...”

(*Man'yôshû*, III-381)

Poema composto por uma jovem prostituta da região de Tsukushi, quando da partida do governador Tabito à capital.

2. ...*mugurau-no kitanaki yado-ni iriimasenamu...*

“... virás visitar (respeito)-me nessa pobre casa coberta de arbustos?”

(*Man'yôshû*, IV-759)

Poema de Tamura-no *ôotome* dedicado à irmã Sakanoue-no *ôotome*.

3. ...*tsutsuminaku sakiku imashite haya kaerimase,*

“... voltai (respeito) logo, com saúde (respeito) e sem problemas.”

(*Man'yôshû*, V-894)

Poema de Yamanoue-no Okura dedicado ao chefe da expedição a T'ang, Tajihhi-no Hironari, desejando sucesso a difícil empreitada.

4. ...*tomouguisu-no nakiwakare kaerimasu ma-mo...*

“... enquanto voltas (respeito) como rouxinóis que se despedem chorando.”

(*Man'yôshû*, X-1890)

Poema anônimo, provavelmente, composto por uma mulher despedindo-se do marido ou do amado.

5. ...*sakamizuki imasu wa-ga ôkimi-kamo...*

“... nosso imperador que toma (respeito) o saquê...”

(*Man'yôshû*, XVIII-4059)

Poema composto pela princesa Kawachi, durante uma festa realizada na casa do Ministro da Esquerda, Tachibana-no Moroe, com a presença do imperador Gensho.

6. ...*oshimi-tsutsu kanashibimase-ba...*

“... ao se entristecer (respeito) lamentando a despedida...”

(*Man'yôshû*, XX-4408)

Poema de um soldado, referindo-se à tristeza do pai quando de sua partida como guarda-costeira, *sakimori*, na distante Tsukushi.

Esquemáticamente, assim fica a relação entre os autores dos poemas e os sujeitos da ação de *masu* ou *imasu* a quem é atribuído o tratamento:

1. plebéia/*sukune* de 3º grau superior
2. dama de baixa linhagem/esposa de Yakamochi, *sukune* de 3º grau inferior
3. *omi* de 5º grau inferior menor/nobre de 4º grau superior
4. plebéia/seu marido ou amado plebeu
5. princesa/imperador
6. plebeu/seu pai, também plebeu.

Se, entre os autores, temos gente do povo (1, 4, 6) e nobres (2, 3, 5), há também gente do povo (4, 6), nobres de diferentes hierarquias (1, 2, 3) e mais o imperador (5) entre as pessoas a quem é atribuído o tratamento. A constante em todos os casos é apenas a diferença hierárquica para menos do dono da palavra, seja no eixo da relação social (1, 3, 5 e também no 2, porque, apesar de Tamura-no *ôotome* ser mais velha, ela considera a hierarquia de Sakanoue-no *ôotome*, casada com um *sukune* de 3º grau), da relação familiar (filho/pai no 6 e esposa/marido ou amado no 4).

Vejam, por fim, alguns exemplos com outros verbos de respeito:

1. ...*wa-ga ôkimi-no idemashi-no yama...*

“... esta montanha onde se encontra (respeito) o imperador...”

(*Man'yôshû*, I-5: poema do príncipe Konishiki, dado pelo *Nihonshoki* como um príncipe coreano naturalizado japonês)

2. ...*toyomiki matsu...* “tomar (respeito) o saquê...”

(Edito do imperador Shômu, datado de 743)

3. ...*mikokoro-o meshi akirameshi Iguchi yama...*

“... o monte Iguchi que (o príncipe) contemplou (respeito) e espaireceu (respeito) o espírito.”

(*Man'yôshû*, III-478: elegia de Yakamochi ao príncipe Asaka)

4. ...*wa-ga se tsutome tabubeshi*, “... cuide-se (respeito), querido”

(*Man'yôshû*, I-128: poema dedicado a Ôtomo-no Tanushi por uma jovem conhecida apenas por Ishikawa-no *iratsume*)

Diferentemente dos verbos *masu* e *imasu*, com esses verbos não há nenhuma ocorrência de tratamento atribuído a plebeus. Todos são nobres, mesmo Tanushi que é dado apenas como *sukune* sem referência a seu grau.

A deduzir pelo que foi exposto, na era Nara, todas as camadas sociais usavam o tratamento lingüístico. Havia, porém, formas com graus diferentes

de tratamento uma vez que determinadas expressões eram exclusivas de determinadas classes. Havia restrições de uso por sexo, pela relação familiar mas, herdeiros da política de divinização do imperador e da conseqüente estratificação social, os japoneses da época privilegiam a hierarquia na definição do tratamento a ser dado. Assim como o imperador é o único ser a quem se permite o uso do auto-respeito, nobres são tratados por formas com maior carga de consideração.

Os dados até aqui apresentados se basearam nas expressões de respeito levantadas. Na medida em que constituem formas que podem ser atribuídas diretamente à pessoa enfocada, o mecanismo de seu uso é mais simples. As expressões de modéstia, entretanto, exigem um artifício mais complexo, pois o enunciador precisa desviar o foco do tratamento à pessoa que se opõe àquela enfocada para a expressão de sua consideração. Assim, se A é a pessoa a quem se quer dirigir o tratamento, o enunciador atribui a B, hierarquicamente inferior a A, uma forma de modéstia.

Este fato, sozinho, não constitui a causa do uso reduzido das expressões de modéstia na era Nara. Mas pode explicar usos ainda não perfeitamente assimilados de seu uso. Determinados verbos como, por exemplo, *maosu*, “dizer”, são empregados como expressões de respeito e de modéstia. Etimologicamente, esse verbo é composto de *ma* + *osu*, onde *ma* (grafado com o ideograma que significa “olhos”) é um prefixo de modéstia originário da idéia de “sob os olhos de”, “a vista de” e, *oso* significa “o senhor (imperador) governar”. O acoplamento de idéias opostas fez com que a *concepção* de respeito ao domínio do senhor prevalecesse em alguns casos, em outros, a idéia de submeter-se às ordens (às vistas) de”¹⁷.

Por outro lado, com o uso das expressões de modéstia, fica mais claro como não se relativizavam os contextos de situação. O tratamento leva em conta apenas a relação entre os actantes do discurso, sem considerar as relações destes com o enunciador e/ou o enunciatário. No poema XVIII-4116, por exemplo, Ôtomo-no Yakamochi, um *sukune* de 3º grau inferior, refere-se com a forma de modéstia *mairu* ao ato de “ir” praticado por Tajihino Takamushi, um *mahito* de 2º grau. Yakamochi considera apenas a relação de humildade de Takamushi à capital, onde vive e de onde governa o mundo o “venerável” imperador. Ele não estabelece no discurso a diferença da sua hierarquia inferior à de Takamushi.

O tratamento é ainda tomado como parte integrante do objeto considerado. A sociedade é organizada em cima de um senhor absoluto a quem se deve servir para dele receber proteção. O tratamento é definido pelo espaço público onde as hierarquias são definidas e, através deste tratamento, as hierarquias são atribuídas aos indivíduos. Não há uma distância entre o sujeito e o objeto, o *status* é um atributo inerente ao indivíduo acompanhando-o em toda e qualquer situação.

17. Cf. Kanehiko Yoshida, pp. 50-54.

BIBLIOGRAFIA

- ARIGA, Kizaemon. "Jôdai-no ie-to shakai" (A Família e a Sociedade da Antigüidade). In: *Ariga Kizaemon chosakushû VII*, Coleção de trabalhos de Kizaemon Ariga VII. Tóquio, Miraisha, 1969, pp. 15-127.
- AHAYAKAWA, Shôhachi. "Ritsuryô kokka ôchô kokka-niokeru tennô" (O Imperador na Época da Corte (de Yamato) e do Regime de Códigos). In: *Nihon-no Shakaishi 3, História da Sociedade Japonesa 3*. Tóquio, Iwanami, 1988, pp. 49-81.
- HERAIL, Francine. "Le régime des codes, sa formation et son application jusqu'au Xe. siècle". In: *Histoire du Japon des origines à la fin de Meiji*. Paris, POF, 1986, pp. 55-98.
- ISHIZAKA, Shôzô. "Jôdai-no bungaku-to keigo" (O Tratamento e a Literatura da Antigüidade). In: *Keigo, "Linguagem de Tratamento"*. Tóquio, Kôdansha, 1969, pp. 15-28.
- KAMADA, Motokazu. "Nihon kodai-no kuni" (O Kuni na Antigüidade Japonesa). In: *Nihon-no Shakaishi 6, "História da sociedade japonesa 6"*. Tóquio, 1988, pp. 38-72.
- KASUGA, Kazuo. "Keigo-no Rense (1) - Jôdai keigo-o chûshin-ni" (O Desenvolvimento Histórico do Tratamento (1) - o tratamento da Antigüidade). In: *Iwanami Kôza Nihongo 4 - Keigo, Coleção Iwanami 'Língua Japonesa' 4 - Linguagem de tratamento*. Tóquio, Iwanami, 19, pp. 98-116.
- KAWAGUCHI, Katsuhiko. "Ôkimi-no shutsugen" (O Surgimento do Imperador). In: *Nihon-no Shakaishi 3*. Tóquio, Iwanami, 1988, pp. 18-42.
- NISHIMIYA, Kazutami. "Jôdai keigo-to gendai keigo" (O Tratamento da Antigüidade e da Época Contemporânea) In: *Kôza Nihongogaku 9 - Keigoshi, Coleção 'Estudos da Língua Japonesa' 9 - História do tratamento*. Tóquio, Meijishoin, 1981, pp. 114-39.
- SAKURAI, Mitsuaki. "Kodai keigo shiron" (Reflexões sobre o Tratamento da Antigüidade). In: *Keigo ronshû - kodai-to gendai (Trabalhos sobre o Tratamento - Antigüidade e Época Contemporânea)*. Tóquio, Meijishoin, 1983, pp. 1-23.
- TSUJIMURA, Toshiki. "Jôdai keigo-no tokushitsu" (Características do Tratamento da Antigüidade). In: *Keigo-no shiteki kenkyû, "Estudos sobre o Desenvolvimento do Tratamento"*. Tóquio, Tôkyôdô, 1968, pp. 73-90.
- WAKISAKA, Geny. "As Temáticas e Abordagens dos Poemas de Man'yôshû" In: *Estudos Japoneses IX*. São Paulo, Centro de Estudos Japoneses da USP, 1989, pp. 13-26.
- WATANABE, Minoru. "Jôdai - chûko keigo-no gaikan" (Uma Visão Geral do Tratamento da Antigüidade) In: *Keigo Kôza 2 - Jôdai chûko-no keigo, "Coleção 'Linguagem de tratamento' 2 - o tratamento da Antigüidade"*. Tóquio, Meijishoin, 1973, pp. 7-30.
- YOSHIDA, Kanehiko. "Kiki Man'yôshû-no keigo" (O Tratamento no Kojiki, Nihonshoki e Man'yôshû) In: *Keigo kôza 2 (op. cit.)*, pp. 31-72.
- YOSHIDA, Takashi. "Kodai shakai-niokeru uji" (Uji na Sociedade da Antigüidade). In: *Nihon-no shakaishi (op. cit.)*, pp. 38-72.